

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

7ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Incluindo novo capítulo sobre
*direito-dever fundamental de
proteção e promoção de um
meio ambiente saudável*

2018

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

ISBN 978-85-472-2851-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

SOMOS | **saraiva** EDUCAÇÃO

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Sarlet, Ingo Wolfgang

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz
Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. – 7. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2018.

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I.
Marinoni, Luiz Guilherme. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

17-1719

CDU 342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial**Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Editorial** Roberto Navarro**Edição**

Bruna Schindwein Zeni

Produção editorial

Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital

Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos

Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão

Muraquitã Editoração Gráfica

Comunicação e MKT

Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa

Casa de Ideias

Produção gráfica

Marli Rampim

Impressão e acabamento

EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL

Data de fechamento da edição: 19-12-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604762 CAE 624020

1116614

SUMÁRIO

<i>Notas preliminares para a 7.ª Edição</i>	7
<i>Nota à 6.ª Edição</i>	9
<i>Nota à 5.ª Edição</i>	11
<i>Nota à 4.ª Edição</i>	13
<i>Nota à 3.ª Edição</i>	15
<i>Nota à 2.ª Edição</i>	17
<i>Apresentação</i>	39
PRIMEIRA PARTE	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	43
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	45
1.1 Considerações introdutórias.....	45
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	50
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional .	53
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	57
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	59
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	61
1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	61
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949	64
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha	68
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	72

3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	81
3.1 As constituições e sua estrutura	81
3.1.1 Considerações de caráter geral.....	81
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988.....	81
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes.....	87
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias.....	88
3.2 As funções da constituição.....	90
3.3 O problema do conteúdo das constituições.....	95
4. Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	98
5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	101
I – Do poder constituinte	101
5.1 Notas introdutórias.....	101
5.2 O que é o poder constituinte?	102
5.2.1 Generalidades.....	102
5.2.2 A natureza do poder constituinte.....	104
5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material	105
5.2.4 Características do poder constituinte.....	106
5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição.....	108
5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	111
5.4.1 Aspectos introdutórios	111
5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	112
5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte.....	114
5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte?.....	118
II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional.....	121
5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	121
5.7 O poder de reforma da constituição.....	123
5.7.1 Questões terminológicas.....	123
5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional	123
5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988.....	125
5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	125
5.7.4 Os limites da reforma constitucional.....	129
5.7.4.1 Considerações gerais.....	129
5.7.4.2 Limites formais.....	130
5.7.4.3 Limites circunstanciais.....	135

5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”)	137
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	137
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma	140
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	164
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	164
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional.....	166
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais	169
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	172
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais	172
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil	177
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação	177
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições.....	186
6.4	Síntese conclusiva.....	192
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	197
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	202
8.1	Considerações gerais	202
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	202
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	202
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	204
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	204
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	208
9.1	Considerações introdutórias.....	208
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	209
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988	213
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	217
10.1	Noções gerais	217
10.2	Princípios da interpretação constitucional.....	221
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição.....	221
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador.....	222
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	223
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	224

10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional.....	225
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição	228
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	229
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	229
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição	230
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas "capacidades institucionais"	232

SEGUNDA PARTE

	O Sistema Constitucional Brasileiro	235
1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada "Constituição-Cidadã" de 1988	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	237
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	237
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	241
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	245
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição "Polaca")	247
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	249
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	250
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	252
2.	Dos princípios fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	260
I –	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais.....	260
II –	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	265
2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	265
2.1.1	Considerações gerais	265
2.1.2	Breves notas sobre a forma de posituação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	267
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional	269
2.2	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	272
2.2.1	Noções gerais.....	272
2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular.....	273
2.2.3	O princípio do pluralismo político.....	279
2.2.4	O princípio do Estado de Direito.....	280
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)	291
2.2.6	Princípio republicano	295

2.2.7	O princípio federativo	297
2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável)	297
III	– Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito	300
IV	– Princípios que regem as relações internacionais	301
3.	Teoria geral dos direitos fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	305
3.1	Considerações gerais	305
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	306
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais	309
3.2.1	Considerações preliminares	309
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	310
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo	313
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional)	313
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	316
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”)	318
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”)	318
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”	320
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?	321
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	324
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro	325
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material	325
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF	328
3.3.2.1	Noções preliminares	328
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional	331
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF	336
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional	337
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos	341
3.3.2.5.1	Generalidades	341
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal	343
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	346

3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais.....	350
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva.....	350
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	353
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	357
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	360
3.5.1	Considerações gerais.....	360
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	361
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	363
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	366
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais.....	369
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	371
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	378
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	381
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	385
3.9.1	Considerações introdutórias.....	385
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais.....	386
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais.....	389
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais.....	393
3.9.4.1	Noções preliminares.....	393
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites.....	394
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	402
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	406
4.1	O direito à vida.....	406
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental.....	406
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica.....	409
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	410
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana.....	413
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares.....	416
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo.....	416
4.1.6.1	Considerações gerais.....	416
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida.....	417
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos.....	419
4.1.7.1	Considerações gerais.....	419

4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	420
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez	422
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia	425
4.2	O direito à integridade física e psíquica	428
4.2.1	Considerações gerais	428
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos.	429
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal	430
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	430
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica	431
4.2.3.3	Titulares e destinatários	432
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo	433
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis	436
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	439
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional	439
4.3.1.1	Considerações gerais.....	439
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras	442
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade	443
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	446
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	450
4.6.1	Considerações gerais	450
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada.....	451
4.6.3	Limites e restrições	454
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	455
4.8	Inviolabilidade do domicílio	460
4.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	460
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	461
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal.....	463
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral	470
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	477
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	481
4.11.1	Considerações gerais	481
4.11.2	O direito à honra	482
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	486

4.12	Direitos de liberdade.....	489
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais	489
4.12.2	Liberdade de expressão	495
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional	495
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal	498
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	517
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira	517
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988	521
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	530
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro	530
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	531
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	532
4.12.5.1	Considerações gerais.....	532
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva	533
4.12.5.3	Titulares e destinatários	535
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	535
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação	537
4.12.6.1	Considerações iniciais	537
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação	539
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação	539
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários	539
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	540
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação	541
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	544
4.12.7.1	Generalidades	544
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal	545
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	545
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	546
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	547
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel	550
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão.....	553
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	556
4.12.7.2.7	Liberdade de associação.....	566
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião	577

4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	589
4.13.1	Considerações introdutórias.....	589
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material	592
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade	594
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	595
4.13.4.1	Generalidades.....	595
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade	597
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	601
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento	606
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	608
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	608
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	608
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	612
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal	616
4.14.3.1	Aspectos gerais.....	616
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais	621
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações	626
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	634
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95 de 2016.....	638
4.15	Dos direitos sociais em espécie.....	641
4.15.1	Considerações preliminares.....	641
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	641
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	647
4.15.4	O direito à alimentação.....	656
4.15.5	O direito à moradia.....	660
4.15.6	O direito à educação.....	664
4.15.7	O direito ao trabalho.....	674
4.15.8	O direito ao lazer	679
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados	680
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	684
4.15.11	O direito ao transporte	689

4.15.12 O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável	692
4.16 Nacionalidade.....	701
4.16.1 Considerações introdutórias.....	701
4.16.2 A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos.....	702
4.16.3 A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro.....	704
4.16.4 A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	705
4.16.5 O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988.....	706
4.16.5.1 Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental.....	706
4.16.5.2 Espécies de nacionalidade	707
4.16.5.2.1 A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	708
4.16.5.2.2 A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade.....	711
4.16.5.3 Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados.....	714
4.16.5.4 Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira	715
4.16.5.5 O problema da assim chamada dupla nacionalidade	719
4.16.5.6 Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade)	720
4.16.5.7 O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal.....	721
4.16.5.7.1 Aspectos gerais.....	721
4.16.5.7.2 A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	723
4.16.5.8 As hipóteses de asilo e refúgio.....	729
4.16.5.8.1 O asilo.....	729
4.16.5.8.2 O refúgio.....	730
4.17 Direitos políticos.....	732
4.17.1 Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral.....	732
4.17.2 Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais.....	734
4.17.2.1 Considerações gerais.....	734
4.17.2.2 Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional).	735
4.17.3 Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro	736
4.17.3.1 Constituições anteriores	736
4.17.3.2 Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	737
4.17.3.2.1 Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	737
4.17.3.2.2 O sufrágio e o direito de voto	742
4.17.3.2.3 A titularidade dos direitos políticos	747
4.17.3.2.4 O sufrágio passivo: condições de elegibilidade.....	749
4.17.3.2.5 Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade.....	752
4.17.3.2.6 Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos.....	762

4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	762
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	763
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos	765
4.17.3.2.7	A reanquirição dos direitos políticos.....	771
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF)....	772
4.18	Dos partidos políticos.....	774
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito.....	774
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	778
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito	779
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988	786
4.18.4.1	Anotações preliminares.....	786
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF.....	787
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato ...	790
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos	793
4.18.5.1	Aspectos gerais.....	793
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos	794
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação.....	796
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	797
5.1	Direito fundamental ao processo justo	797
5.1.1	Introdução.....	797
5.1.2	Âmbito de proteção	799
5.1.3	Titularidade e destinatários.....	802
5.1.4	Eficácia	804
5.1.5	Conformação infraconstitucional.....	804
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	805
5.2.1	Introdução.....	805
5.2.2	Âmbito de proteção	808
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	809
5.3.1	Introdução.....	809
5.3.2	Âmbito de proteção	810
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas.....	821
5.4.1	Introdução.....	821
5.4.2	Âmbito de proteção	821
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	825
5.5.1	Introdução.....	825
5.5.2	Âmbito de proteção	825
5.6	Direito fundamental ao contraditório	828
5.6.1	Introdução.....	828
5.6.2	Âmbito de proteção	828

5.7	Direito fundamental à ampla defesa	832
5.7.1	Introdução.....	832
5.7.2	Âmbito de proteção	832
5.8	Direito fundamental à prova.....	837
5.8.1	Introdução.....	837
5.8.2	Âmbito de proteção	837
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	844
5.9.1	Introdução.....	844
5.9.2	Âmbito de proteção	844
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	846
5.10.1	Introdução.....	846
5.10.2	Âmbito de proteção	847
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo.....	852
5.11.1	Introdução.....	852
5.11.2	Âmbito de proteção	853
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	855
5.12.1	Introdução.....	855
5.12.2	Âmbito de proteção	857
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	858
5.13.1	Introdução.....	858
5.13.2	Âmbito de proteção	859
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	862
5.14.1	Introdução.....	862
5.14.2	Âmbito de proteção	862
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	864
6.1	<i>Habeas corpus</i>	864
6.1.1	Introdução.....	864
6.1.2	Âmbito de proteção	865
6.1.3	Titularidade.....	866
6.1.4	Conformação infraconstitucional.....	867
6.2	Mandado de segurança.....	869
6.2.1	Introdução.....	869
6.2.2	Âmbito de proteção	870
6.2.3	Titularidade.....	873
6.2.4	Conformação infraconstitucional.....	874
6.3	Mandado de injunção.....	875
6.3.1	Introdução.....	875
6.4	<i>Habeas data</i>	876
6.4.1	Introdução.....	876
6.4.2	Âmbito de proteção	876
6.4.3	Titularidade.....	877

6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	877
6.5	Ação popular.....	878
6.5.1	Introdução.....	878
6.5.2	Âmbito de proteção.....	878
6.5.3	Titularidade.....	879
6.5.4	Conformação infraconstitucional.....	880
6.6	Ação civil pública.....	881
6.6.1	Introdução.....	881
6.6.2	Âmbito de proteção.....	882
6.6.3	Titularidade.....	883
6.6.4	Conformação infraconstitucional.....	884
7.	Da organização do Estado e da Repartição de Competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	886
I –	Da organização do Estado.....	886
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	886
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	888
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988.....	895
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro.....	895
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	897
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	899
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação.....	902
7.4.1	Noções gerais.....	902
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	904
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento.....	904
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	909
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo.....	909
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	911
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção.....	911
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade.....	912
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção.....	914
7.4.3	A intervenção nos Municípios.....	915
II –	Da repartição de competências.....	917
7.5	Noções gerais.....	917
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos.....	920
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis).....	920
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	922

7.7	Das competências legislativas	924
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação.....	924
7.7.2	Competências legislativas dos Estados.....	926
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios.....	927
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal.....	928
7.8	As competências legislativas concorrentes	928
7.8.1	Considerações gerais	928
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	930
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	931
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios	933
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	935
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	942
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro	942
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos .	942
8.1.1	Primeiras considerações	942
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	943
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	945
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?	947
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa.	949
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes.....	952
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído.	958
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	959
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	963
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	965
8.2.1	Primeiras considerações	965
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	966
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.....	968
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	970
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	973
8.3.1	A Constituição Imperial	973
8.3.2	A Constituição de 1891.....	973
8.3.3	A Constituição de 1934.....	976
8.3.4	A Constituição de 1937.....	980
8.3.5	A Constituição de 1946.....	981
8.3.6	A Constituição de 1967/1969	984

8.3.7	A Constituição de 1988.....	989
II	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	990
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	990
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	990
8.4.1.1	Objeto do controle judicial.....	996
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo	999
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	1001
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	1004
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado	1005
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade	1007
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	1007
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	1016
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	1016
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação	1018
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	1018
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1018
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial.....	1022
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa.....	1026
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	1031
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas	1031
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito	1034
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1036
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1038
III	Controle difuso de constitucionalidade	1040
8.9	A questão constitucional no processo comum	1040
8.10	A decisão no controle incidental	1041
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	1041
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1042
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício.....	1045
8.14	Da inexistência de preclusão.....	1049
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	1049
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	1049
8.15.2	A Súmula Vinculante 10	1050
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial.....	1052
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1053
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF.....	1054

8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial.....	1055
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ	1056
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais.....	1058
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário.....	1058
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial.....	1060
8.16	Recurso extraordinário	1061
8.16.1	Recurso extraordinário	1061
8.16.2	Repercussão geral.....	1064
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade.....	1069
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões	1074
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1077
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1080
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1081
8.16.8	Atributos da eficácia vinculante dos fundamentos determinantes.....	1087
8.16.9	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental ..	1090
8.16.9.1	A questão nos Estados Unidos	1090
8.16.9.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional.....	1094
8.16.9.3	Efeitos “inter partes” e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1099
8.16.9.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1100
8.16.9.5	A função do Senado Federal	1104
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular.....	1109
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1112
8.18.1	Primeiras considerações	1112
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional	1113
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1114
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional.....	1115
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela.....	1119
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual	1120
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual.....	1125
IV	– Ação direta de inconstitucionalidade.....	1126
8.19	Primeiras considerações	1126
8.20	Legitimidade.....	1128
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1128

8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir	1131
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1133
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1134
8.20.5	Partido político.....	1135
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1136
8.21	Objeto	1142
8.22	Parâmetro de controle.....	1151
8.23	Procedimento	1154
8.24	Procedimento sumário em sentido formal.....	1161
8.25	Causa de pedir aberta.....	1164
8.26	Medida liminar	1167
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1170
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1172
8.29	Da decisão	1174
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.....	1175
V	Ação declaratória de constitucionalidade.....	1176
8.31	Primeiras considerações	1176
8.32	Legitimidade.....	1181
8.33	Objeto e parâmetro de controle.....	1182
8.34	Petição inicial	1183
8.35	Controvérsia judicial relevante.....	1184
8.36	Indeferimento da petição inicial	1186
8.37	Participação no processo.....	1186
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada.....	1187
8.39	Medida liminar e seus efeitos	1188
8.40	Decisão.....	1190
VI	Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.....	1192
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1192
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material	1192
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade.....	1194
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso	1199
8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1201
8.42	Eficácia vinculante	1202
8.42.1	Primeiras considerações	1202
8.42.2	Extensão objetiva.....	1205
8.42.3	Extensão subjetiva.....	1209
8.43	Reclamação.....	1212
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade.....	1218

8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1229
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1229
8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso.....	1237
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica.....	1243
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1244
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: Da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais	1245
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/73) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015).....	1247
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional	1250
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada	1260
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015.....	1260
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	1262
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional	1265
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1266
VII	– Técnicas de decisão.....	1269
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos	1269
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial	1273
8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1274
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1275
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1276
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1277
8.52	Interpretação conforme à Constituição	1280
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1282
VIII	– Mandado de injunção	1283
8.54	Primeiras considerações	1283
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1285
8.56	Escopo do mandado de injunção.....	1294
8.57	Natureza mandamental?.....	1296
8.58	Legitimidade.....	1299
8.59	Medida liminar	1301
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção.....	1304
8.60.1	Dever de legislar	1304

8.60.2	Mora do legislador	1306
8.59.3	Norma insuficiente e omissão parcial.....	1308
8.60.4	Norma não autoaplicável.....	1309
8.60.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e enca- minhamento de projeto de lei.....	1310
8.61	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	1312
8.62	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1312
8.63	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1313
8.64	Eficácia “natural” da coisa julgada	1313
8.65	Eficácia dos precedentes.....	1314
8.66	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	1315
IX	– Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1319
8.67	Primeiras considerações	1319
8.68	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1321
8.69	Objeto da omissão inconstitucional.....	1322
8.70	Legitimidade.....	1323
8.71	Procedimento.....	1327
8.72	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1333
8.73	Medida liminar	1335
8.74	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1338
8.75	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional.....	1340
X	– Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1348
8.76	Primeiras considerações	1348
8.77	Modalidades	1349
8.78	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1350
8.78.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz..	1350
8.75.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato nor- mativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.....	1352
8.79	Legitimidade.....	1353
8.80	Parâmetro de controle.....	1355
8.81	Objeto	1357
8.81.1	Introdução.....	1357
8.81.2	Atos do Poder Público.....	1358
8.81.3	Direito pré-constitucional	1358
8.81.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal	1360
8.81.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual.....	1362
8.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1362
8.81.7	Norma de caráter secundário.....	1365
8.81.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1367

8.81.9 A questão da omissão parcial	1370
8.82 Procedimento	1372
8.83 Medida liminar	1375
8.84 Decisão e efeitos	1377
XI – Representação interventiva	1378
8.85 Introdução.....	1378
8.86 Legitimidade.....	1380
8.87 Objeto	1382
8.88 Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1384
8.89 Procedimento	1385
8.90 Medida liminar	1387
8.91 Decisão e efeitos	1388
XII – Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal	1389
8.92 Primeiras considerações	1389
8.93 Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1390
8.94 Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1395
8.95 Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1396
8.96 Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1397
8.97 Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1398
8.98 Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual.....	1399
XIII – Controle de convencionalidade	1401
8.99 Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos....	1401
8.100 Significado de supralegalidade dos tratados internacionais.....	1406
8.101 Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1407
8.102 Controle de supraconstitucionalidade.....	1408
8.103 O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1410
8.104 Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1416
8.105 Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1416
<i>Referências bibliográficas</i>	1421
<i>Outras obras dos autores</i>	1505
Ingo Wolfgang Sarlet	1505
Luiz Guilherme Marinoni	1505
Daniel Mitidiero.....	1507